

**A MORFOLOGIA NO BRASIL: INDICADORES E QUESTÕES**  
(Morphological Studies in Brazil: Data and Issues)

Margarida Maria de Paula BASILIO  
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

*ABSTRACT: This work attempts to give an idea of current development of morphological studies in Brazil. After a brief introduction to the development of Linguistics and morphological studies in Brazil in the period characterized by the creation of ABRALIN, it presents an analysis of the contemporary scene and its relevant tendencies and, as an illustration of contemporary concerns on Morphology in Brazil it summarizes a discussion on research topics taken by the work group of Morphology in the Projeto Gramática do Português Falado.*

*KEY WORDS: Morphology; Brazil; Development; Contemporary Scene.*

*PALAVRAS-CHAVE: Morfologia; Brasil; Histórico; Quadro Contemporâneo.*

## 0. Breve Histórico

Enquanto disciplina lingüística, a Morfologia tem uma história recente no Brasil. De menor relevância como objeto de estudo nas gramáticas tradicionais, passou a ser de mais interesse no período de influência do estruturalismo<sup>1</sup>. Mas o estruturalismo descritivista foi logo suplantado na Lingüística Brasileira pela Teoria Gerativa, que havia então desviado para outros componentes o tratamento de fenômenos tradicionalmente considerados morfológicos.

Há duas fases de fundamental relevância no desenvolvimento da Lingüística no Brasil. A primeira, de meados da década de sessenta até os inícios da década de setenta, corresponde aos estágios iniciais, a partir da instituição da obrigatoriedade do ensino de Lingüística em todos os cursos de Letras do país. Na segunda fase, já em pleno desenvolvimento em virtude da demanda constituída na década anterior, a Lingüística se integra ao quadro geral das demais disciplinas no salto de desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação no Brasil. Esta fase se intensifica a partir de meados da década de

<sup>1</sup> O que não quer dizer que não tivéssemos tido excelentes abordagens morfológicas em nossos autores clássicos ou gramáticas normativas. Refiro-me aos estudos morfológicos como objeto de pesquisa sistemática.

setenta, com a gradual acumulação do número de mestres egressos dos primeiros programas de Mestrado em Lingüística no país e com a chegada de um certo número de doutores em Lingüística, sobretudo brasileiros, bolsistas da CAPES e CNPq.

Na primeira fase de desenvolvimento da Lingüística no Brasil, sob a influência do estruturalismo, mormente americano, os estudos morfológicos começam a despertar interesse. De especial relevância nesta fase são os trabalhos de J. Mattoso Câmara Jr. (1970, 1971) sobre a língua portuguesa e estudos descritivos de morfologia de línguas indígenas. É de se ressaltar a presença de cursos de morfologia no Programa Unificado de Pós-Graduação em Lingüística do Museu Nacional a partir de 1968, assim como nos Institutos de Lingüística da USP em 1969, quando foi fundada a Associação Brasileira de Lingüística.

Em meados da década de setenta, quando se consolida a segunda fase de (intenso) desenvolvimento da Lingüística no Brasil, a Morfologia voltava a ser legitimada como objeto de estudo na Teoria Gerativa, em especial os estudos lexicais, com a Hipótese Lexicalista (Chomsky, 1970) e sua repercussão imediata no estabelecimento de modelos de descrição lexical (Halle, 1973; Jackendoff, 1975 e Aronoff, 1976). Dada a incidência da fase mais expressiva do desenvolvimento da Lingüística no país com o ressurgimento da Morfologia na teoria gerativa, então a caminho de tornar-se hegemônica, é natural que a Morfologia tivesse surgido como tema de certa relevância no Brasil justamente nesta época. Pelas mesmas circunstâncias, houve uma concentração inicial em questões lexicais, mormente envolvendo a nominalização.<sup>2</sup>

Definida como o estudo da estrutura interna da palavra e/ou de suas variações de forma, a Morfologia se confronta com problemas de definição de objeto, dada a múltipla pertinência da palavra como unidade lexical, gramatical, fonológica etc. Estas questões prejudicam a nitidez de um panorama de estudos morfológicos no que tange a decisões de pertinência de estudos particulares. Somam-se a estes problemas oriundos de proposições teórico-metodológicas específicas, entre os quais avultam o tratamento sintático de fenômenos

<sup>2</sup> Por exemplo, nos Anais do III Encontro Nacional de Linguística de 1979, três dos cinco trabalhos de morfologia tratam de questões de nominalização. Os Encontros Nacionais de Linguística, promovidos então pela PUC-Rio, constituíram um importante indicador nacional até meados da década de oitenta, quando surgiu a Revista D.E.L.T.A. É de se ressaltar que os Boletins da ABRALIN, apesar de todos os esforços e desejos da comunidade, só começaram a ser publicados na década de oitenta, sendo que, dadas as circunstâncias do país, os primeiros números se dedicaram quase que exclusivamente a questões gerais e de cunho político.

morfológicos na Teoria Gerativa e o tratamento necessariamente não gramatical de categorias morfológicas na análise do discurso.

Neste trabalho, apesar dos pontos controversos, pretendo traçar um panorama dos estudos morfológicos no Brasil nos últimos dez anos. Mostro, de início, um quadro de predominâncias em pesquisas e publicações, a partir de alguns indicadores gerais. Em seguida, ilustro a discussão morfológica no país através da abordagem de duas questões teóricas e uma descritiva. O centro de enfoque da discussão será o do Projeto Gramática do Português Falado, dada a relevância deste Projeto tanto em seu objeto de estudo, a descrição do português falado, quanto em sua constituição como espaço singularmente produtivo de discussão teórico-metodológica entre lingüistas brasileiros.

## 1. Quadro Contemporâneo

O quadro a ser apresentado deriva sobretudo de dois indicadores. O primeiro é o produto de um levantamento de títulos e temas centrais de trabalhos publicados na Revista D.E.L.T.A., que tem o apoio oficial da ABRALIN. O segundo corresponde ao cômputo das respostas a um questionário enviado a especialistas ou eventuais pesquisadores da área de Morfologia em diferentes instituições brasileiras, no qual eram solicitados dados referentes a projetos de pesquisa em Morfologia nos últimos dez anos.<sup>3</sup>

No momento atual, a Morfologia no Brasil concentra-se sobretudo em problemas de representação lexical, dentro de uma abordagem gerativa. Abordagens sociolingüísticas, funcionalistas e discursivas de fenômenos morfológicos são minoritárias, assim como abordagens morfológicas de temas flexionais.<sup>4</sup> Os dados a seguir especificam esta afirmação.

De um total de 14 trabalhos de Morfologia publicados na revista D.E.L.T.A. nos últimos dez anos<sup>5</sup>, dez abordam questões lexicais e apenas quatro se dedicam à flexão. Além disso, no levantamento de projetos de morfologia,

<sup>3</sup> Agradeço aos Professores Leda Bisol (UFRS), Luis Carlos Travaglia (UF Uberlândia), Luiz Carlos de Assis Rocha (UFMG), Maria Carlota Rosa (UFRJ), Rosa Attié Figueira (UNICAMP), Ieda Maria Alves (USP), e muitos outros colegas, que forneceram informações sobre o desenvolvimento de pesquisas em morfologia em suas instituições, grupos ou linhas de pesquisa.

<sup>4</sup> Dentre estas, as mais importantes são as análises quantitativas de Marta Scherre sobre o fenômeno da concordância no sintagma nominal na língua falada; e o trabalho de Odette Campos e Angela Rodrigues sobre a flexão verbal no âmbito do Projeto Gramática do Português Falado.

obtido junto a especialistas na área, foi constatado um total de vinte e dois trabalhos sobre morfologia lexical, em confronto com seis relativos a questões morfo-sintáticas e seis dedicados a questões gerais, tais como o tratamento de clíticos e a elaboração de manuais de Morfologia.

O predomínio da abordagem gerativa decorre da suplantação do estruturalismo no desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Brasil e da pouca relevância dada à estrutura vocabular em abordagens funcionalistas. Quanto à concentração no léxico, é possível que se deva em grande parte a interesses de lingüistas que lideraram a formação de novas gerações, embora deva também ser considerado o fato de que a flexão já havia sido abordada no período de influência dos estruturalistas.

A segunda afirmação que se pode fazer acerca da Morfologia nesta década é a do significativo desenvolvimento do interesse na área no país. É de se ressaltar a crescente atividade editorial, tanto em títulos novos publicados<sup>6</sup> quanto em re-edições e manuscritos em preparação. Verifica-se, outrossim, uma diferença de relevância da Morfologia como tema em Congressos e Simpósios de âmbito nacional. Em terceiro lugar, começa a surgir em alguns Programas de Pós-Graduação a preocupação de formar e contratar especialistas em Morfologia e trazer Professores Visitantes. Esses indicadores, por um lado, refletem um interesse maior pela Morfologia na Teoria Gerativa. O que é peculiar no caso do Brasil é o interesse em questões lexicais nem sempre relacionadas à sintaxe.

A maior parte dos trabalhos se concentra na descrição do português. É de se registrar, entretanto, o surgimento de pesquisas em áreas menos centrais, tais como Aquisição da Linguagem, Psicolingüística Experimental, Afasia, Fonologia Lexical, Descrição de Línguas Indígenas e Processamento de Linguagem Natural, o que reforça e amplia a configuração do quadro da pesquisa em Morfologia no Brasil na última década.

A Morfologia brasileira se singulariza pelo interesse nas questões lexicais. Um segundo prolongamento desta preferência é a conexão semântica. Apesar

<sup>5</sup> Os Boletins da ABRALIN não foram computados na medida em que correspondem aos eventos promovidos pela ABRALIN nas reuniões da SBPC, o que muitas vezes reflete preocupações políticas ou regionais.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Basilio, 1987; Monteiro, 1987; Sandmann, 1989; Carone, 1990; Kehdi, 1990; Alves, 1990; Rocha, 1998 etc. O fato de muitas publicações recentes serem de cunho didático ressalta ainda mais a expansão da área, já não mais restrita apenas à Pós-Graduação.

da origem gerativa, a Morfologia lexical brasileira se preocupa significativamente com a investigação do fator semântico nos processos de formação de palavras, o que certamente é uma abordagem minoritária e marginalizada na Morfologia gerativa. Esta preocupação com o fator semântico na Morfologia já se manifesta no início da década de oitenta, e se mantém em várias publicações nacionais nas décadas de oitenta e noventa, assim como em livros e outros veículos menores. Neste sentido, o interesse mais consistente da Morfologia no Brasil não se relaciona à sintaxe e à gramática, mas à Semântica lexical e à Lexicologia.

Uma posterior identificação no desenvolvimento da Morfologia no Brasil se instaura a partir da constituição do Projeto Gramática do Português Falado, em virtude do Grupo de Trabalho (GT) que então se constitui, abarcando especialistas de diferentes universidades brasileiras;<sup>7</sup> e também em virtude dos problemas confrontados a partir da colocação dos objetivos descritivos do Projeto. No que se segue, à guisa de ilustração concreta da pesquisa morfológica no Brasil e procurando incorporar tanto interesses gerais quanto o trabalho levado adiante pelo grupo mais ativo no país no desenvolvimento de um projeto descritivo da Morfologia lexical do português, discuto, de início, as questões enfrentadas pelo GT de Morfologia nos estágios iniciais do Projeto. Em seguida, abordo uma questão tradicional da descrição do português, tratada por diferentes especialistas ao longo das duas últimas décadas, em seu encaminhamento pelo GT de Morfologia no Projeto Gramática do Português Falado (doravante PGPF).

## 2. Questões Morfológicas Fundamentais no PGPF

A proposta do PGPF é a descrição do português brasileiro falado culto. O Projeto reúne especialistas das melhores universidades brasileiras, gerativistas e funcionalistas; e estabelece como base de discussão um corpus mínimo compartilhado, que consiste de 15 Inquéritos do projeto NURC, abarcando, em proporções equivalentes, cinco capitais brasileiras, homens e mulheres adultos e três tipos de situação de fala: Elocuções Formais, Diálogos entre Informante e Documentador e Diálogos entre dois Informantes.

<sup>7</sup> O GT de Morfologia do PGPF se instaurou em 1989 com os Professores Ieda Maria Alves (UNESP), Odette G.L.A.S. Campos (UNESP), Margarida Basilio (UFRJ/PUC-Rio) e Iara Bemquerer Costa (UFSC). Nos anos seguintes, aderiram Léa Gamarski (UFF), Angela Rodrigues (USP) e Antonio José Sandmann (UFPR). Posteriormente o GT se subdividiu em dois, o de Morfologia Derivacional (M. Basilio e L. Gamarski) e o de Morfologia Flexional (O. Campos e A. Rodrigues), tendo os demais professores deixado o Projeto.

A abordagem da Morfologia lexical na língua falada a partir de ocorrências num corpus apresenta problemas diferentes dos de abordagens anteriores de dados morfológicos e diferentes dos problemas de outras áreas. Em primeiro lugar, embora alguns processos lexicais sejam proscritos na escrita formal, o reverso não é verdadeiro no caso da língua falada culta, em que virtualmente qualquer regra de formação de palavras pode operar. Em segundo, o próprio objeto de estudo “português falado culto” seria questionável numa abordagem gerativa, assim como o corpus delimitado. Finalmente, em virtude da dupla natureza do léxico (lista de entradas lexicais e componente de regras), construções morfológicas podem vir tanto da utilização de uma regra quanto do acesso a um item estocado no léxico, de modo que as ocorrências podem não corresponder à operação de um processo lexical. O GT de Morfologia do PGPF teve de confrontar essas questões, isoladamente e em suas conexões, em termos imediatos.

O primeiro ponto não constitui um problema da área, já que não há interdições morfológicas específicas da fala culta. Entretanto, temos que refletir sobre se devemos postular um léxico especialmente para a língua falada, dado que as construções lexicais aparecem sobretudo como elementos já feitos no nível da construção do discurso. Em relação ao segundo ponto, a particularização do português falado culto é mais irrelevante do que contraditória numa morfologia gerativa, mas a abordagem como corpus é virtualmente inconcebível, na medida em que a noção de produtividade lexical se esteia fortemente em julgamentos de aceitabilidade de formas não existentes. Finalmente, o terceiro ponto se liga ao primeiro, porquanto a língua falada apresenta uma situação de processamento nitidamente diferente da língua escrita, dada a construção interativa e a ausência de tempo de elaboração.

No contexto dos problemas mencionados, é necessária uma cuidadosa discussão da noção de produtividade e seu tratamento no desenvolvimento de modelos lexicais; e da questão do acesso lexical na língua falada. Estes tópicos serão discutidos a seguir.

## 2.1 Produtividade e Produção

Podemos inicialmente definir a produtividade de uma Regra de Formação de Palavras (RFP) como a possibilidade que essa regra tenha de formar novas palavras no léxico da Língua (Aronoff, 1976).

O conceito de produtividade lexical é problemático sobretudo porque o

produto de uma RFP se incorpora ao léxico, o que permite a contagem de produtos de regras enquanto reflexo de frequência de aplicação. Assim, o termo 'produtividade' se refere também à frequência de aplicação (Kastovsky, 1986). O uso do mesmo termo confunde a RFP enquanto especificação de construções morfológicas possíveis com o teor de utilização de RFPs em variadas circunstâncias.

Com a preocupação de ressaltar a distinção entre produtividade e frequência de aplicação, Corbin (1984) estabelece o conceito de disponibilidade, definindo uma regra como disponível quando passível de utilização pelo falante/ouvinte no exercício normal da criatividade lexical e colocando o conceito de disponibilidade na esfera da competência lexical, enquanto a rentabilidade de uma dada regra se situaria na esfera da Análise do Discurso. Segundo Corbin, a produtividade define formas disponíveis e não formas necessariamente atestadas.

Assim, o conceito de produtividade deve ser entendido tão somente como o conjunto de condições estruturais de uma regra na definição de construções morfológicas possíveis. A produtividade de uma regra deve ser distinta das Condições de Produção, que são condições não estruturais de operação e dependem de fatores de ordem paradigmática, discursiva e sócio-cultural.

Há vários tipos de condições de produção, tais como condições paradigmáticas, determinadas pelas regras em competição (Basilio, 1980; Marle, 1986); o tipo de discurso, que permite ou estimula certos tipos de formação, enquanto dificulta ou interdita outros; as condições culturais, que criam referentes a serem rotulados; e assim por diante.

Para os objetivos do PGPF, o tipo de discurso é um ponto de importância crucial das condições de produção. Um dos problemas que se colocam em relação ao tipo de discurso é a própria questão da produção morfológica como um todo. O discurso formal escrito apresenta exigências de estrutura textual e necessidades anafóricas que se configuram em grande parte em construções morfológicas, ao mesmo tempo permitindo e exigindo um trabalho de arquitetura textual prévia. Assim, neste tipo de discurso predominam construções morfológicas com função de mudança categorial. Por outro lado, discursos altamente especializados, como o literário e o propagandístico, tendem a explorar as possibilidades de estranhamento latentes em processos de formação lexical. Os critérios de aceitabilidade via de regra se alteram e se especificam, como

efeito direto da própria consciência da especificidade do tipo de discurso; mas isto não altera as condições de produtividade dos processos envolvidos. Já o discurso falado coloquial dialogado utiliza outro instrumento, a construção interativa; e não permite, em geral, a elaboração meditada, o que certamente delimita o tipo e prejudica a frequência de operações de construção lexical.

Analisando o problema da duplicidade do conceito de produtividade na teoria gerativa, juntamente com a questão de se determinar o objeto de análise da Morfologia no PGPF, o GT de Morfologia do PGPF estabelece uma distinção teórica entre condições de produtividade, definidas como condições estruturais correspondentes a especificações de Regras de Formação de Palavras sobre bases e produtos; e condições de produção, definidas como fatores que facilitam, dificultam ou impedem a operação concreta de RFPs em circunstâncias específicas.

A partir desta distinção, as condições de produção constituem-se como único objeto possível para uma abordagem da formação de palavras no âmbito do PGPF, neutralizando-se, portanto, os problemas teórico-metodológicos iniciais.

O segundo problema maior na abordagem da formação de palavras no PGPF é o fato de que a ocorrência de uma construção lexical pode provir tanto de uma RFP quanto do acesso a um item já armazenado no léxico, e, portanto, não evidencia a operação do processo correspondente. O problema se coloca na medida em que o objetivo do GT é a investigação sobre quais processos de formação de palavras estariam em vigência no português falado culto.

Dado o objetivo básico da pesquisa, o GT decidiu considerar como objetos legítimos de análise apenas construções morfológicas regulares, isto é, aquelas cujas propriedades semânticas e fonológicas correspondessem exatamente ao previsto pela junção da base e do processo morfológico correspondente, já que apenas estas construções apresentam a dupla possibilidade de terem sido produzidas durante o ato de fala ou acessadas como formas previamente existentes no léxico.

Coloca-se, a este respeito, uma questão maior: a de se haveria na língua falada culta condições razoáveis de produção para RFPs em geral, ou seja, a de se é justificável o pressuposto metodológico básico de que formas regulares poderiam ter sido produzidas no decorrer do ato de fala; e, em conseqüência, até que ponto este pressuposto deveria ser utilizado em afirmações concretas

sobre condições de produção de processos específicos.

Este problema leva a uma velha questão da Psicolinguística e da Morfologia, a questão da representação e acesso de itens lexicais por palavras ou por morfemas. Passo, então, a discutir as hipóteses de representação e acesso lexical por radicais e regras de afixação (doravante RAF) ou por palavras previamente existentes (doravante PEX).

## 2.2. Representação e acesso de formas derivadas na fala culta

A polaridade nas propostas de representação lexical de formas derivadas surge já nos primeiros momentos do reingresso da morfologia na Teoria Gerativa. Aronoff (1976) propõe a não-listagem de formas regulares do léxico, o que corresponde ao acesso por RAF para todas as formas regulares. Jackendoff (1975) defende a Teoria da Entrada Plena, em que o léxico é representado em entradas lexicais completamente especificadas. Nesta proposta representacional, o acesso é basicamente por PEX.

Em Psicolinguística, a questão da representação e acesso lexical de formas derivadas por PEX ou RAF no processo de compreensão da fala tem sido objeto da atenção de inúmeros estudiosos na área de acesso lexical para compreensão, mas ainda não está resolvida. A proposta mais tradicional de modelo de reconhecimento lexical de formas derivadas é a de Taft e Forster (1975), que propõem que o acesso à representação lexical na memória só se faz a partir do acesso a radicais e prefixos. A hipótese da decomposição lexical para o acesso lexical é bastante difundida em psicolinguística, mas os resultados em que Taft e Forster se baseiam podem ser abarcados pela hipótese de um léxico morfológicamente estruturado. De qualquer maneira, a relevância destes estudos para a questão do acesso lexical na produção da fala depende da questão não resolvida da unicidade do léxico.

Estudos de acesso lexical do ponto de vista da produção da fala são raros e se resumem a fenômenos fora da normalidade, tais como deslizes verbais (slips of the tongue) e estratégias utilizadas por pacientes afásicos. Em sua revisão clássica da evidência psicolinguística pertinente à representação lexical em relação à produção, Butterworth (1983) investiga a hipótese da Listagem Plena, segundo a qual no léxico subjacente à produção da fala a representação lexical pode ser feita em termos de uma listagem integral de entradas lexicais. Deslizes verbais e da fala de afásicos não interferem nesta hipótese, que prevê o uso de regras como um mecanismo de suporte.

A evidência sobre afásicos e sobre deslizes verbais não é tão relevante para o acesso lexical na produção da fala porque o fato de que falantes podem eventualmente formar palavras em sua língua é bastante conhecido e não controverso. A questão é se os falantes o fazem habitualmente e, portanto, como se caracterizaria a fala no que tange a construções lexicais.

Passo a discutir a hipótese de que na produção da fala o léxico mental é estruturado em palavras e não em radicais e afixos; e o acesso lexical é feito por PEX no caso de processos de função categorial e designadora, podendo ser por RFPs, no entanto, no caso de palavras avaliativas. A discussão incide apenas sobre formas regulares, já que para as irregulares o acesso só é possível por PEX.

O acesso lexical no léxico de produção é determinado pela necessidade do falante de se referir a entidades do mundo exterior; e isto é de crucial importância para a discussão do acesso lexical por RAF ou PEX, sobretudo em palavras derivadas a partir de processos de função denotativa, porque o significado da palavra pode ser transparente no nível da construção morfológica, mas o nível de designação dos seres pode ser mais restrito do que o nível do significado da construção morfológica.

Isto, de certa maneira, é natural. Um afixo como -dor, por exemplo, é adicionado a uma base para nomear uma classe de objetos ou indivíduos por suas atividades, propriedades ou funções caracterizadoras, expressas na base verbal. Assim, a RFP que corresponde à adição de -dor tem uma função inerentemente designadora; ela é usada para fornecer um rótulo pelo qual uma determinada classe de seres possa ser referida.

Uma palavra que resulta de uma RFP de função designadora pode ser semanticamente transparente em termos de sua caracterização geral, mas o conjunto de objetos do mundo externo designado por essa palavra, embora previsível enquanto subconjunto incluído na caracterização geral, não é suficientemente especificado pela estrutura morfo-semântica, exatamente porque esta estabelece uma caracterização genérica, enquanto a formação em si tem uma função de designação de indivíduos específicos. Ou seja, formamos palavras como *computador* não para nos referirmos a todos os seres que executam computações, mas para darmos um rótulo mnemônico a um tipo específico de objeto. Palavras incluídas nesses casos têm que ser acessadas por PEX no léxico de produção, porque o aspecto designador do uso da palavra não é dado pelas regras morfo-semânticas de formação.

A questão passa a ser, então, a relevância relativa do fenômeno de designação na formação de palavras. Um caso crucial a observar é o das nominalizações deverbiais abstratas, por causa de sua dupla função e da múltipla possibilidade de escolha de sufixos nominalizadores. Uma forma nominalizada permite referência neutra ao processo verbal, sendo, portanto, uma estratégia básica de estruturação textual, em especial por causa da possibilidade de referência anafórica. Na função de mudança categorial, que obedece sobretudo a motivações de estruturação textual, a nominalização é uma construção transparente e sem objetivos designadores.

Entretanto, a nominalização também pode ter função designadora, utilizando o significado básico do verbo para denotar um conceito entitativo. A nominalização denotativa é comum na linguagem científica. Palavras como *neutralização*, *derivação*, *referência* e outras, da terminologia lingüística, são formadas com propósitos designadores. Nessas formações, o significado no nível construcional é transparente, mas insuficiente para a compreensão da designação no aspecto terminológico. Um processo geral de incorporação do argumento interno opera na designação terminológica por nominalização, de modo que os falantes contam com um mecanismo mnemônico bastante eficiente para efeitos de rotulação, no qual a estrutura morfo-semântica pode ser mantida e apenas o argumento incorporado tem que ser memorizado. Mas a nominalização denotativa pode manter um significado genérico, podendo aplicar-se a qualquer argumento interno plausível. Por exemplo, enquanto designador, o termo *construção* pode designar diferentes objetos, da frase ao edifício. Adicionalmente, a forma nominalizada ainda pode ser usada para referência anafórica ao verbo correspondente.

Um grande número dessas construções apresenta ambas as funções, a de mudança categorial e a designadora. Assim, esta situação é de especial interesse como caso-teste para a questão de acesso lexical por RAF ou por PEX porque temos na mesma palavra duas possibilidades, uma que força acesso em termos de PEX (a que é produto da função designadora da nominalização) e outra que permite acesso por RAF (a que é produto da função de mudança categorial).

Assim, esperaríamos que, se o acesso por RAF fosse a situação normal para nominalizações de função categorial, haveria variação na escolha de afixos em formas nominalizadas na fala em casos de função de mudança categorial. Esperaríamos, além disso, que a proporção de uso de diferentes RFPs nominalizadoras refletiriam os graus relativos de produtividade, em geral

e com bases específicas (Anshen e Aronoff, 1981). Não é essa, entretanto, a situação encontrada num estudo realizado sobre formas nominalizadas no português culto no âmbito do PGPF.

Neste estudo sobre o corpus do PGPF, todas as nominalizações semântica e fonologicamente regulares foram coletadas, sendo a regularidade semântica considerada em termos de ocorrência no contexto, isto é, uma forma era considerada regular se no contexto de ocorrência pudesse ser interpretada em termos da função semântica e propriedades fonológicas previstas no processo morfológico correspondente. Um total de 373 formas nominalizadas deverbais foram coletadas, das quais 169 com função de mudança categorial e 204 com função designadora. Dessas formações, aproximadamente 60% apresentaram o sufixo -ção, índice de ocorrência três vezes maior que o segundo sufixo mais usado, -mento, com cerca de 20% de ocorrência. O resultado de importância para a questão de acesso na produção da fala, no entanto, é que em todo o corpus houve apenas uma troca de sufixo: a forma *coordenamento* foi usada em lugar de *coordenação* (Basilio, 1996).

Este fato se constitui em evidência que contradiz expectativas de acesso lexical por RAF para nominalizações no léxico de produção da língua falada culta. O fato de ocorrer apenas uma mudança de sufixo num corpus de 15 inquéritos de língua falada aponta fortemente na direção contrária à utilização de regras para a construção de formas nominalizadas na fala culta. Observe-se que a situação é a mesma para nominalizações em função de mudança categorial ou em função designadora. Podemos, portanto, concluir que o acesso a formas nominalizadas na produção da fala é por PEX e não RAF, mesmo quando a nominalização tem apenas função de mudança categorial.

Os dados do português falado culto favorecem, portanto, a Hipótese da Listagem Plena para a representação lexical das formas derivadas. Há casos, entretanto, em que a utilização de RFPs na produção da fala não pode ser descartada. Por exemplo, o caso dos diminutivos e superlativos em português é de especial interesse, por estar de certa maneira circunscrito à língua falada. Na utilização do diminutivo para caracterizar linguagem afetiva, por exemplo, é freqüente o surgimento de formações novas até inesperadas, o que evidencia a produção a partir de regras, o mesmo acontecendo no superlativo. O acesso a regras na produção da fala culta é, pois, evidente pelo freqüente surgimento de formas novas e eventual alteração de padrões.

Nossos dados mostram que a questão RAF/PEX no acesso lexical para a

produção da fala não pode ser considerada em termos absolutos; ao contrário, temos que formular a questão de quais formações correspondem ao acesso direto e quais ao acesso por regras. Entretanto, uma generalização já pode ser feita sobre a representação lexical de formas derivadas: a de que as formas básicas de representação no léxico mental utilizada na produção da fala em língua portuguesa são palavras e não radicais. Mais especificamente, podemos ter processos que acessam palavras do léxico e produzem novas palavras a partir da aplicação de uma RFP, mas mesmo nesses casos a base é uma palavra, estando, portanto, descartado o acesso direto a radicais. Concluímos, também, que a utilização das RFPs no decorrer do ato de fala, embora possível, não é freqüente e está condicionada à função das regras.

### 3. Verbos denominais no Português

Passo agora a discutir os problemas envolvidos na análise de verbos denominais no PGPF. O tema foi escolhido por se situar na confluência de várias controvérsias em descrições do português, que há muito preocupam morfólogos no Brasil, e também alguns sintaticistas. O problema por um lado, se relaciona com nominalizações; por outro, com a velha questão das chamadas derivações regressivas; um terceiro ângulo envolve a adoção ou não de regras zero em morfologia derivacional; e, finalmente, temos a linha de definição entre processos derivacionais e flexionais. Dada essa confluência, não é de se estranhar que o tema tenha suscitado freqüentes debates.<sup>8</sup>

São duas as principais questões: a morfológica e a da direcionalidade. A questão morfológica é a de se, dado um par S/V do tipo *perfume/perfumar*, devemos considerar o verbo como derivado do substantivo ou, alternativamente, considerar o caso como de conversão. Quanto à direcionalidade, dado um par S/V como *grito/gritar*, devemos considerar o verbo como derivante, e, portanto, morfológicamente básico, ou como derivado, e, portanto, denominal?

A primeira questão é a de se devemos considerar o processo como derivação ou conversão. Por exemplo, em *perfume/perfumar* temos a conversão de *perfume* em verbo, sendo o acréscimo do -a uma consequência da estrutura morfológica dos verbos em português, que inclui vogais temáticas? Ou seria -a(r) um sufixo derivacional que se adiciona a substantivos para formar verbos?

<sup>8</sup> Ver, entre outros, Lobato (1988); Gamarski (1988); Basilio (1980) e (1987); e Basilio & Martins (1996).

Verbos como *perfumar* apresentam uma situação ambígua de análise, porque o elemento -a do tema pode ser visto tanto derivacional quanto flexionalmente. Assim, podemos considerar que os verbos denominais resultam de um processo de conversão, caso em que o -a seria uma adaptação da base à conjugação verbal, pelo acréscimo da vogal temática; ou estabelecer um sufixo derivacional -a que forma verbos a partir de substantivos. A primeira alternativa permite uma análise do português análoga à dos verbos denominais do inglês, sendo frequentemente adotada por conveniência teórica, apesar dos problemas do ponto de vista estritamente morfológico.<sup>9</sup>

A ausência de marca aberta de derivação também traz problemas em relação à direcionalidade da formação. Casos como *analisar/análise* ilustram a questão: *analisar* seria um verbo derivante ou um verbo denominal? A questão foi tratada nas gramáticas normativas apenas do lado das chamadas derivações regressivas, mas o mesmo problema se coloca para os verbos denominais, já que o problema é justamente a direcionalidade.

Substantivos como *luta* são analisados nas gramáticas como formações regressivas por terem o significado de ação. Além de pouco claro no lado estritamente morfológico da questão, este tratamento é insuficiente do ponto de vista sintático-semântico, na medida em que formas nominalizadas podem apresentar mais de um significado. Analisando estes problemas, Basilio (1980) propõe que, na impossibilidade de estabelecer a direcionalidade da derivação a partir de critérios sintático-semânticos, seja adotado o critério morfológico, segundo o qual o substantivo seria o derivante e o verbo derivado nos pares S/V sem marca aberta de acréscimo morfológico. A proposta, no entanto, esbarra em dados factuais de proveniência gíriática e de fala infantil e é contestada em Gamarski (1988), que arrola, entre outras, formas prefixadas como *repasse* (de *repassar*), *encaixe* (de *encaixar*) etc., cuja estrutura é nitidamente deverbal.

Gamarski propõe a análise alternativa de que as estruturas temáticas explícitas potenciais revelariam a direcionalidade. Esta posição é reforçada em Basilio (1987), que afirma ser mais conveniente considerar deverbal toda forma nominal correspondente a um verbo que apresente pelo menos uma interpretação de cunho verbal, em virtude do padrão geral de relação morfológica categorial que implica a relação S/V para cada verbo no léxico do português, sem que se obtenha relação correspondente a partir do substantivo.

<sup>9</sup> Para uma análise mais detalhada da questão morfológica, ver Basilio (1993a, b).

A proposta de Gamarski (1988) apresenta problemas, no entanto, se considerarmos a dupla função da nominalização, a função de mudança categorial e a designadora, já que esperaríamos a correspondência temática explícita apenas nos casos de função de mudança categorial. Por outro lado, conforme apontado em Chomsky (1970), substantivos primitivos podem apresentar estrutura argumental análoga à de verbos, ainda que sem correlato morfológico. Assim, a correspondência de estrutura temática não pode ser usada como critério definitivo para a identificação de formas como deverbais ou não.

Não é este, aliás, o objetivo de Gamarski, que apenas coloca a correspondência temática como condição necessária para estabelecer formas como deverbais, mas não como suficiente para estabelecer formas como primitivas ou derivadas. Entretanto, ainda assim, seria razoável propor que, na ausência de outras evidências, se há correspondência de estrutura entre substantivo e verbo morfológicamente relacionados, o substantivo deve ser considerado como derivado do verbo, já que a estrutura temática, embora possível em substantivos, não é característica de substantivos, mas de verbos.

A aplicação concreta deste princípio não é fácil, porém. Considere-se o caso de *trabalho*. Definindo *trabalho* como “atividade sistematicamente exercida para fins de sustento”, ou “atividade de prestação de serviços ou produção de bens”, é possível interpretar o verbo *trabalhar* como “exercer atividade de trabalho” ou “executar trabalho”. No entanto, a direcionalidade é dúbia, dado que também podemos interpretar *trabalhar* como “exercer atividade sistematicamente...”, e *trabalho* como “ato ou efeito de trabalhar”. O problema que se coloca nesses casos é que a estrutura temática muitas vezes depende do significado, de sorte que o critério de correspondência sistemática entre verbo e substantivo não constitui uma base segura sobre a qual analisar pares S/V.

Adicionalmente, podemos encontrar casos em que a evidência morfológica contraria o critério de correspondência temática: na seqüência *influir / influência / influenciar*, embora a correspondência temática sugira a análise de *influência* como derivado de *influenciar*, a presença de *influir* aponta *influência* como anterior.

Uma possível alternativa seria tomar como indicador de direcionalidade a previsibilidade de significado das formações, ou seja, seria básica a forma de que a outra poderia semanticamente derivar de modo previsível. Entretanto,

na listagem que foi feita de pares S/V regulares no corpus mínimo compartilhado do PGPF, foi observado que a partir do significado do substantivo é possível interpretar o verbo como ato, atividade, causação ou estado que tem como argumento interno o significado do substantivo, do mesmo modo que, partindo do significado do verbo, podemos interpretar o substantivo como ato, efeito ou processo definido pelo processo verbal. Ou seja, o problema na análise do par *trabalho/trabalhar* se estende virtualmente a todo par S/V; a situação de previsibilidade é equivalente em ambas as direções de formação.

Pode-se concluir, então, mais uma vez, que a questão da direcionalidade deve ser resolvida apenas em termos morfológicos, já que só do ponto de vista morfológico existe uma real direcionalidade, revelando-se no aspecto sintático-semântico uma permanente associação de acepções nominais e verbais, independente da direcionalidade da formação.

#### 4. Considerações finais

Esperando ter espelhado a situação geral da pesquisa morfológica no Brasil e colocado os vários pontos envolvidos em algumas das mais discutidas questões na morfologia brasileira contemporânea, resalto que os pontos aqui enfocados dão uma idéia apenas parcial, diminuta talvez, dos temas que estão sendo abordados no momento por lingüistas em diferentes universidades brasileiras.

Finalizando, acrescento que se intensifica, no momento, a preocupação dos lingüistas brasileiros com a delimitação de unidades lexicais, manifestando-se em inúmeros projetos de pesquisa que perseguem critérios mais aperfeiçoados (a) para a distinção entre palavras formais e outras unidades lexicais, assim como entre sintagmas e palavras compostas; (b) para a definição dos clíticos, quer os tradicionalmente referidos pela tradição fonológica e sintática, quer as formas fonologicamente dependentes de caráter não pronominal, como preposições; (c) para a demarcação de fronteiras entre prefixos, formas dependentes e radicais e (d) para a delimitação de unidades lexicais na especificidade terminológica e lexicográfica. Em conexão com estas preocupações, presenciamos um desenvolvimento de estudos de morfossintaxe e fonologia lexical, ao mesmo tempo em que se consolida a singularidade da pesquisa morfológica brasileira das duas últimas décadas em torno das questões semânticas e lexicológicas envolvidas na descrição de estruturas morfológicas do português.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, I. (1990) *Neologismo. Criação Lexical*. São Paulo: Ática.
- ANSHEN, F. e M. ARONOFF (1981) Morphological Productivity and Phonological Transparency. *Canadian Journal of Linguistics*, **26**: 63-72.
- ARONOFF, M. (1976) Word Formation in Generative Grammar. *Linguistic Inquiry Monograph I*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- BASILIO, M. (1980) *Estruturas Lexicais do Português*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_ (1987) *Teoria Lexical*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_ (1993a) Verbos em -ar em português: Afixação ou Conversão? *D.E.L.T.A.*, **9**(2): 295-304.
- \_\_\_\_ (1993b) Produtividade, Função e Produção Lexical no Português Falado. *Atas do IX Congresso Internacional da ALFAL II*: 27-37. Campinas: UNICAMP.
- \_\_\_\_ (1996) Formação e Uso da Nominalização Deverbal Sufixal no Português Falado. In: A.T. CASTILHO e M. BASILIO (orgs.) *Gramática do Português Falado Volume IV- Estudos Descritivos*. São Paulo/Campinas: FAPESP/ UNICAMP: 223-33.
- BASILIO, M. e H. MARTINS (1996) Verbos Denominais no Português Falado. In: I. KOCH (org.) *Gramática do Português Falado VI - Desenvolvimentos*: 371-91.
- BUTTERWORTH, B. (1983) Lexical Representation. In: B. BUTTERWORTH (org.) *Language Production v.II - Development, Writing and Other Language Processes*. London: Academic Press.
- CARONE, F. (1990) *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática.
- CHOMSKY, N. (1970) Remarks on Nominalization. In: R. A. JACOBS e P. S. ROSENBAUM (orgs.) *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, Mass: Ginn & Co.
- CORBIN, D. (1984) La Forme et le Sens: Explorations des Relations Derivationnelles en Français. *Quaderni di Semantica*, **1**: 58-69.
- GAMARSKY, L. (1988) *A Derivação Regressiva: um estudo da produtividade lexical em português*. Goiânia: CEGRAF.
- HALLE, M. (1973) Prolegomena to a Theory of Word-Formation. *Linguistic Inquiry*, **4**: 3-16.
- JACKENDOFF, R. (1975) Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon. *Language*, **51**: 639-71.
- KASTOVSKY, D. (1986) The Problem of Productivity in Word-Formation. *Linguistics*, **24**: 601-627.
- KEHDI, V. (1990) *Morfemas do Português*. São Paulo: Ática.
- LOBATO, L. (1988) *A Derivação Regressiva em Português: Conceituação e Tratamento Gerativo*. Universidade de Brasília: ms.

- MARLE, J. (1986) The domain hypothesis: the study of rival morphological processes. *Linguistics*, **24**: 585-600.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1971) *Problemas de Lingüística Descritiva*. Petrópolis: Vozes.
- MONTEIRO, J. L. (1987) *Morfologia Portuguesa*. Fortaleza: EDUFC.
- ROCHA, L. C. A. (1998) *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: UFMG.
- SANDMANN, A. J. (1989) *Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo*. Curitiba: Ed.Icone.
- \_\_\_\_\_ (1991) *Morfologia Geral*. São Paulo: Ed. Contexto.
- TAFT, M. & K. L. FORSTER (1975) Lexical Storage and Retrieval of Prefixed Words. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, **14**: 638-647.